



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Ata Eletrônica da 2ª Extraordinária do 1º Período da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Extraordinária do 1º Período ; Abertura: 12/05/2026 - 16:20 ; Encerramento: 12/05/2026 - 18:30

Lista de Presença na Sessão: Afonso (Gui) / PL ; Fofão / PSDB ; Irene Marques / AGIR ; Jonas Pessoa / PODE ; Júnior Barros / PP ; Júnior do Habitat PE / PODE ; Maguila / PSD ; Maria Arruda da Educação / PP ; Saúba do Povão / SD ; Son Albuquerque / UNIÃO

Mesa Diretora: Presidente: Maguila / PSD ; 1º Secretário: Son Albuquerque / UNIÃO ; 2º Secretário: Saúba do Povão / SD

Expedientes: 1. Abertura da Sessão: Aos doze de maio do ano de dois mil e vinte e seis, em Sessão Extraordinária, sob a Presidência do Sr. Vereador Valdemir Nunes de Souza (Maguila), compareceram à Casa de Duarte Coelho os senhores vereadores. - O Sr. Presidente convidou para ocupar o cargo de Primeiro Secretário o Senhor Vereador Everson Cavalcanti (Saúba do Povão), e em seguida também o convidou para fazer a chamada dos vereadores presentes a esta Sessão. - Verificando haver quórum legal, sob a proteção de Deus e as tradições do povo de Igarassu, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou a Sra. Vereadora Maria Arruda para fazer a Leitura de um versículo da Bíblia Sagrada, de acordo com a Resolução aprovada por esta Casa legislativa. No ensejo, a parlamentar sublinhou a expressiva presença feminina no Plenário, definindo-a como um marco de fortalecimento institucional. **Tribuna Livre:** - Inscrito, o Sr. Vereador Jefferson Albuquerque cumprimentou todos; parabenizou mais uma vez o Sr. Vereador Fofão pela homenagem ao palhaço Peteleco e pelo Projeto sobre a distribuição de remédios para pessoas acamadas; iniciou seu discurso parabenizando sua mãe e sua tia, de 83 e 89 anos, respectivamente. Ele estendeu as felicitações a todas as mães do legislativo e do executivo, citando nominalmente as vereadoras Irene Marques, Maria Arruda e Érica Uchôa. Destacou uma indicação sua, feita originalmente em 2021 e reiterada recentemente, sobre problemas de esgoto na rua que fica entre a escola Santos Dumont e o posto de saúde do Bom Retiro. Ele informou que membros da equipe municipal (Rafael e Mateus) já serviram no local para realizar levantamentos. O vereador expressou grande preocupação com um buraco de grandes proporções na Rua Severino Pereira da Silva. Segundo ele, o problema é grave no ponto de fazer com que os ônibus escolares "pendam" ao passar, gerando risco de interdição da via e transtornos para o transporte de alunos e acesso ao posto de saúde. Ele solicita providências urgentes ao poder executivo para evitar o fechamento da rua. Apesar das cobranças, ele elogiou a prefeita e sua "equipe maravilhosa", demonstrando confiança de que o problema será resolvido em breve devido à competência dos secretários e técnicos citados. - Em aparte, o Sr. Vereador Fofão agradeceu por ter sido mencionado em seu discurso o projeto de lei e a "menção de aplauso" de sua autoria. Ele comentou que na administração pública as coisas funcionam de forma gradativa. Ressaltou que, embora o vereador possa solicitar algo e não ser atendido de imediato, é importante continuar solicitando, pois as melhorias acontecerão no "momento oportuno". Fofão afirmou ter certeza de que a comunidade está satisfeita com o desempenho de Som Albuquerque e com sua luta para que as coisas aconteçam. Ele parabenizou o colega, afirmando que ele tem honrado seu mandato e trazido benefícios para muitas famílias e comunidades. - Em aparte, o Sr. Vereador Júnior Barros esclareceu que a rua mencionada por Som é conhecida como Rua Almanara, onde residem figuras conhecidas da comunidade, como o irmão do falecido ex-prefeito Chico. O vereador Júnior Barros relatou que, no passado, aquela via não existia e era apenas um beco sem saída. Ele contou que sugeriu ao então vereador Ademar de Barros a abertura da rua após verificar se o terreno do posto de saúde era próprio do município e possuía espaço lateral suficiente. Ele lembrou que, antes da abertura da rua, os veículos e ônibus



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

escolares que buscavam as crianças por volta das 17h30 precisavam retornar de marcha à ré, o que gerava grandes transtornos. Parabenizou Som pelo pronunciamento e afirmou que estava "somando forças" ao pedido de manutenção. Ele ressaltou que, para se tratar de uma demanda que vem desde 2021, é necessário cobrar do Poder Executivo com insistência para evitar que o problema, que no momento não parecia tão grave para alguns, venha a se agravar significativamente. - Inscrito, o Sr. Vereador Everson Cavalcanti (Saúba do Povão) disse esteve na Câmara de Arcoverde junto com o vereador Maguila e outros representantes para prestar apoio a Luciano Pacheco. Ele afirmou que o colega está sendo vítima de perseguição política e que seu mandato foi conquistado democraticamente pelo voto popular. O vereador enfatizou a importância da união entre os parlamentares através da ANV (Associação Nacional dos Vereadores), presidida por Maguila, para defender a classe e evitar que "companheiros se juntem para colapso mandatos". Ele defendeu que a função do vereador deve ser focada em projetos de lei, fiscalização e defesa da sociedade. Explicou que a acusação contra Luciano Pacheco envolveu o fato de ele ter exercido a advocacia em uma causa (em outro estado) enquanto vereador. No entanto, o vereador Saúba argumentou que isso ocorreu quando Luciano não fez parte da mesa diretora, o que seria permitido pela legislação. Ele citou que já existem pareceres desenvolvidos do Ministério Público e da OAB-PE reforçando a legalidade da situação. Ele descreveu o cenário na cidade vizinha como "calamitoso", mencionando que, além de Luciano, outros dois vereadores também enfrentaram pedidos de cassação. Para Saúba, essa perseguição ocorre porque os opositores se sentem ameaçados pelo forte trabalho social realizado por Luciano. Por fim, o vereador defendeu que o Poder Legislativo deve ser independente e harmônico, mas nunca se submeta a perseguições políticas, reiterando que a democracia deve ser respeitada. - Em aparte, o Sr. Vereador Júnior Barros classificou a situação enfrentada por Luciano Pacheco como um "golpe baixo" e uma clara perseguição política. Ele expressou tristeza pelo fato de tentar cassar o mandato de um representante que foi eleito duas vezes pelo voto popular. Enfatizou que, quando um vereador é atacado dessa forma, todo o Poder Legislativo acaba sendo atingido. Ele defendeu que a união da casa é fundamental e que é preciso respeitar cada vereador como um representante legítimo do povo. Argumentou que, caso houvesse algum erro, a questão deveria ser tratada de forma administrativa e não com a punição extrema de retirada do mandato. O vereador suspeito de que a acusação contra Luciano — de ter defendido uma causa como advogado em São Paulo — está sendo usado por "oportunistas" que desejam derrubá-lo. Ele cerrou sua participação manifestando total insatisfação com as ações que ocorreram em Arcoverde. - Em aparte, o Sr. Vereador Som Albuquerque afirmou confiança na competência de órgãos como o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Segundo ele, essas instituições analisam os casos com base em provas concretas e não deixam levar por pressões externas ou pela mídia. O vereador alertou que, muitas vezes, a mídia ou adversários podem criar "montagens" ou divulgar informações distorcidas. Ele defendeu que as autoridades saberão distinguir o que realmente aconteceu do que é apenas barulho midiático. Expressou sua verdade de que Luciano Pacheco conseguiu "dar a volta por cima". Ele classificou o episódio como um provável "mal entendimento" que será esclarecido assim que as provas forem verificadas. Ao encerrar sua breve intervenção, Som parabenizou o vereador Saúba do Povão por ter trazido aquela pauta para discussão na tarde da sessão. - Em aparte, o Sr. Vereador Júnior do Habitat defendeu a máxima de que o Legislativo não pode ser totalmente submetido ao Executivo. Embora entendam que os vereadores da situação devam defender o governo, ele classificou como um "absurdo" e "vergonhoso" cassar um colega apenas por um desejo político do prefeito. O vereador afirmou que aceitar uma cassação por motivação puramente política transforma a Câmara em um "quintalzinho da prefeitura", o que seria humilhante para a classe dos vereadores. O vereador Júnior do Habitat destacou o trabalho "excelente" que Luciano vinha desenvolvendo na Câmara de Arcoverde, mencionando a implementação de trabalhos sociais inéditos no estado de Pernambuco e talvez no Brasil. Ele reiterou que a tentativa de cassação é uma questão de prejuízos políticos, já que Luciano é o único membro da



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

oposição na cidade, e que tal ação deve ser repudiada por ser "humilhante". - Inscrito, o Sr. Vereador Júnior do Habitat cumprimentou todos os presentes; iniciou parabenizando todas as mães, com um destaque especial para sua própria mãe. Ele apresentou um relato emocionante sobre como ela o salvou durante a pandemia de COVID-19, ao decidir retirá-lo do hospital para cuidar dele em casa quando ele corrigiu o risco de ser intubado, o que ele falou como receber a vida pela segunda vez. O vereador questionou a viagem da prefeita Elcione Ramos à Finlândia. Embora a gestão tenha afirmado que não houve custos para o município, Júnior do Habitat afirmou que as despesas foram custeadas por uma empresa que presta serviços à prefeitura (Dolina). Ele argumentou que esse tipo de "mimo" compromete a capacidade de fiscalização do gestor e fere princípios da administração pública. Criticou veementemente a falta de transparência da gestão, alegando que informações básicas são tratadas como sigilosas. Revelou que possui duas ações de justiça para obrigar a prefeitura a fornecer dados que deveriam estar no Portal da Transparência. Destacou um contrato de aproximadamente R\$ 6 milhões com a empresa citada, observando que cerca de R\$ 4 milhões já foram pagos até abril, o que prometeu uma antecipação de pagamentos. Ele questionou por que o município gastou milhões em uma plataforma educacional privada em vez de utilizar sistemas gratuitos ou desenvolver uma própria, o que custaria muito menos. Compara os altos valores pagos a empresas com a situação dos monitores municipais que recebem apenas R\$ 500 por mês e estariam com pagamentos atrasados desde dezembro. Afirmou que a cidade vive uma "intervenção estadual", pois a maioria das obras visíveis (creches, cozinhas solidárias e calçamentos) são financiadas pelo governo estadual, enquanto o orçamento municipal de R\$ 515 milhões não se reflete em obras. Ele indagou onde estariam os recursos destinados a obras planejadas para o ano eleitoral de 2024. - Em aparte, o Sr. Vereador Jonas Pessoa afirmou que, do ponto de vista público, um gestor cometeu um crime para o qual não existe justificativo, baseando-se em fatos que a própria prefeitura divulgou em seu site oficial (confirmando que a empresa Dolino custeou a viagem). Ele citou o Artigo 37 da Constituição Federal, que exige que a administração pública siga os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo o vereador, o ato foi, no mínimo, imoral. O vereador envolve a Lei de Licitações (14.133) e a Lei 8429, argumentando que uma empresa que mantém contratos milionários com o município (como a Dolino) não pode custear despesas pessoais ou oficiais de um gestor. Ele enfatizou que, se a viagem era de interesse público, deveria ter sido paga com recursos públicos e acompanhada de justificativa formal. Jonas destacou que a captação de "mimos" ou vantagens por parte de fornecedores caracteriza vantagem indevida e fere a integridade das contratações públicas, especialmente porque a empresa possui dois contratos ativos na cidade. Diante da gravidade dos fatos, ele propôs que a denúncia seja levada às esferas competentes, incluindo o Tribunal de Contas, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o Ministério Público Federal (MPF). Ao finalizar, o Sr. Vereador Jonas Pessoa colocou-se à disposição de Júnior do Habitat para, juntos, provocarem a Câmara Municipal a assumir seu papel de fiscalizador e responsabilizar a gestão. - Inscrito, o Sr. Vereador Jonas Pessoa cumprimentou os presentes; afirmou que o pedido de informação sobre a viagem da prefeita "já não cabe mais", pois, em sua visão, houve a consumação de um crime público. Ele baseou sua acusação no fato do próprio site da prefeitura ter divulgado que a empresa Dolino (RTG Tecnologia Educacional) custeava integralmente a viagem. O vereador sustentou que o ato viola a Lei de Licitações (14.133) e os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Segundo ele, uma empresa com contratos milionários ativos no município (identificados dois contratos da empresa e seus sócios) não pode custear despesas de um gestor, o que caracterizaria conflito de interesses e vantagem indevida. Para ilustrar o que considera um favorecimento indevido, Jonas citou um exemplo interno da Câmara: o presidente Maguila teria proibido vereadores de participar de um congresso organizado pela empresa do esposo da vereadora Maria Arruda para evitar um suposto favorecimento. Ele argumentou que a situação da prefeita é "pior" e justificaria uma



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

investigação para cassação de mandato. O vereador afirmou que a cidade está "literalmente abandonada" e que a prefeitura depende totalmente de obras do governo estadual (Raquel Lira), apesar de possuir um orçamento de R\$ 605 milhões. Ele classificou a situação como uma "intervenção do governo do estado em ações", pela ausência de obras municipais próprias. Traçou ainda um paralelo com o caso do vereador Luciano Pacheco, de Arcoverde, afirmando que perseguições políticas são "frutos de um vereador que de fato fazem o seu papel". Ele defendeu que a Câmara deve assumir seu papel de fiscalizador e provocar o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas (TCE) para investigar investigações de corrupção e improbidade administrativa. - Em parte, o Sr. Vereador Júnior do Habitat afirmou ter recebido imagens que comprovam que a empresa Dolino não apenas custeou a viagem da prefeita, mas também patrocina eventos culturais do município. Ele citou como exemplo uma "conferência de influenciadores" que contou com o investimento da empresa. Ele argumentou que esses patrocínios são, na prática, doações nas quais o empresário investe recursos para que os projetos da prefeitura sejam executados, o que acaba beneficiando diretamente a imagem da gestão pública. Destacou uma "interrogação" sobre essa proximidade, observando que, enquanto essa empresa específica patrocina eventos, quase todos os outros fornecedores do município têm atrasos específicos nos pagamentos e repasses por parte da prefeitura. Ele reforçou a estranheza de um prestador de serviço público, que já recebe valores milionários da prefeitura, atua também como financiador de eventos oficiais, apresentando uma relação de troca de favores que prejudica a impessoalidade administrativa. - Inscrito, o Sr. Vereador Bruno Fofão cumprimentou todos e agradeceu pela oportunidade; iniciou cumprimentando os pares e parabenizando a vereadora Maria Arruda por projetos voltados ao bem-estar feminino. Também expressou honra por ter concedido um título ao Palhaço Peteleco, destacando o carinho que a cidade tem pelo artista. Dedicou boa parte de sua fala para enaltecer a governadora, destacando sua atuação durante as fortes chuvas, quando visitou comunidades independentemente de alianças políticas (citando o caso de Goiana). Ele ressaltou a onipresença do governador no estado e previu sua reeleição no primeiro turno devido ao esforço em obras de drenagem e infraestrutura. O vereador afirmou que a cidade vive um "cenário novo" com máquinas constantemente realizando deslocamento em rios, algo que não via em gestões passadas. No entanto, cobrou da prefeita a realização de direção na via principal de Cortegada e pediu paciência à população local quanto às obras na ponte, que estão em fase de requalificação. O Sr. vereador Fofão criticou veementemente os vereadores de oposição (Jonas Pessoa e Júnior do Habitat) por suas denúncias sobre a viagem da prefeita à Finlândia. Ele classificou as falas como "pirotecnia" e afirmou que, se houvesse provas reais de crime, os vereadores deveriam ir direto ao Ministério Público em vez de apenas anunciar na tribuna que pretendem ir. Ele defendeu que a viagem da prefeita Elcione Ramos tinha caráter técnico e educacional em um país do primeiro mundo, e não foi um "mimo" ou passeio, dada a temperatura extrema e o foco em currículos escolares. Reforçou que a viagem não gerou custos para os cofres municipais. - Em aparte, o Sr. vereador Júnior Barros classificou os questionamentos sobre a viagem à Finlândia como assuntos "minúsculos" e "muito pequenos" para serem discutidos na Casa. Ele argumentou que a Finlândia é um país de clima específico (-30°C) e que a prefeita não foi para se divertir, mas sim para "absorver conhecimentos" em um país que é referência mundial em educação. Segundo ele, o objetivo era trazer essas experiências para o currículo e para a gestão das escolas de Igarassu. Destacou que, devido à habilidade de diálogo da prefeita com a governadora Raquel Lyra, o município conquistou benefícios como a maternidade, a requalificação da estrada de Mangue Seco, iluminação, creches e cozinhas comunitárias. Ele enfatizou que, além das parcerias estaduais, a prefeitura realizou grandes obras com recursos próprios, citando a reforma da Escola Artur Carlos de Melo, que comparou a uma faculdade pelo seu porte. Mencionou ainda que 20 escolas estão sendo reconstruídas, 30 foram climatizadas e que a cidade já conta com 24 postos de saúde também climatizados. Ao encerrar sua intervenção, o vereador pediu que os pares procurassem fazer uma



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

política voltada para o crescimento da cidade, em vez de focar em questões que ele considera irrelevantes. - Em aparte, o Sr. Vereador Jonatas Pessoa lembrando que a Câmara é uma "casa do debate" e que a função primordial do vereador é fiscalizar os atos do Executivo, independentemente de ser da base ou da oposição. Ele rebateu a ideia de que teria dúvidas sobre a irregularidade, afirmando categoricamente que o caso configura um crime contra a Lei Federal 14.133 (Lei de Licitações). Ele reiterou que a prefeita não pode ser "acima da lei". Citando novamente o Artigo 37 da Constituição Federal, Jonas argumentou que o ato de aceitar uma viagem custeada por um fornecedor com contratos milionários é, no mínimo, imoral. Ele reforçou que, se a viagem fosse de interesse real público, deveria ter sido paga com recursos municipais e devidamente justificada, e não por uma empresa privada. O vereador específico que a prefeitura possui um orçamento de R\$ 605 milhões, mas que a população não vê esse dinheiro transformado em obras, alegando que os recursos estariam sendo usados para "contratações eleitoreiras" de pessoas que sequer trabalhariam na prefeitura. Esclareceu que o anúncio de levar o caso ao Ministério Público não é uma ameaça vazia, mas uma certeza de que a lei deve ser cumprida para "salvar os cofres da prefeitura". - O Sr. Vereador Bruno Fofão, em resposta às críticas da oposição, lembrou que a gestão passada (do ex-prefeito Mário Ricardo) teve contas reprovadas e operações da Polícia Civil "arrombando as portas da prefeitura", situação que, segundo ele, não ocorre na gestão atual. Ele também acusou o governo anterior de esvaziar os cofres do Igapreve, que teria caído de R\$ 54 milhões para quase zero. - O Sr. Vereador Jonatas Pessoa pede permissão para se ausentar do Plenário. - Em aparte, o Sr. Vereador Júnior Habitat respondendo ao comentário anterior de Júnior Barros (que disse que a Finlândia era apenas um lugar frio e com mato), Júnior do Habitat ressaltou que se trata de um país de primeiro mundo. Ele afirmou que, nas redes sociais, a prefeita Elcione Ramos aparecia "se exibindo" e que o crime de receber "mimos" de uma empresa prestadora de serviço é o mesmo, independentemente do destino ser a Amazônia ou a Finlândia. O vereador alegou que existe um favorecimento com antecipação de pagamento para a referida empresa, enquanto o município enfrenta atrasos na evolução de profissionais da educação. Ele comprometeu que a prefeita foi condenado a pagar uma multa de R\$ 15.000,00 por ações que geraram um prejuízo de milhões ao instituto de previdência municipal (Igapreve). Contestou a afirmação de que todas as contas da prefeita foram aprovadas, afirmando que a partir de 2021 deverão possuir ressalvas. Desafiou os presentes a pesquisar no site do Tribunal de Contas (TCE) e da Justiça, afirmando que a gestão atual é "campeã" em processos de fraude em licitação, desvio de palavra pública e superfaturamento. Ele rebateu a comparação com a gestão de Mário Ricardo, afirmando que a Polícia Civil realizou operações na época porque era independente. Alegou que hoje existe uma "interferência muito grande do governo do estado" e que a governadora agiria para ajudar aliados e prejudicar adversários, citando como exemplo um caso recente envolvendo uma secretária da prefeitura do Recife. Ao final de sua intervenção, o vereador Júnior do Habitat previu que, caso a governadora não seja reeleita e a suposta proteção política acabe, a polícia voltará a realizar prisões na cidade devido ao volume de crimes que, segundo ele, estão "na cara de todo mundo". - Em aparte, o Sr. Vereador Afonso Gui afirmou que nenhum vereador daquela Casa é omissos ou tem medo de recorrer ao Ministério Público, seja para tratar de verbas estaduais (MPPE) ou federais (MPF). Ele enfatizou que cabe aos parlamentares provocarem o órgão para que o Executivo seja denunciado e as provas sejam apresentadas. O vereador argumentou que qualquer cidadão de Igarassu tem o direito de se manifestar no MP caso suspeito de irregularidades. Ele relatou, inclusive, que seu próprio foi denunciado recentemente pelo Ministério Público por supostas irregularidades em seu gabinete, tratando o fato como algo comum dentro do processo democrático. Destacou que a Justiça existe para estabelecer a verdade e que, após a apresentação da defesa, se houver danos, estes devem ser punidos conforme a lei. Ele expressou acreditar que, no caso das denúncias contra a gestão municipal mencionadas na sessão, há espaço para a defesa do Executivo e que os fatos serão esclarecidos. Após o aparte, o vereador Fofão incorporou integralmente as



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

palavras de Gui, utilizando o exemplo da citação de Gui para criticar o que chamou de "pré-julgamento" e "irresponsabilidade" ao acusar alguém antes de uma sentença condenatória transitada em julgado. - Em aparte, a Sra. vereadora Maria Arruda enfatizou que a prefeita cumpriu uma programação específica, iniciando as atividades às 9h da manhã e encerrando apenas às 16h. A vereadora listou os temas tratados durante a viagem, que incluíam infância, inclusão escolar, currículo e o primeiro funcionamento de bibliotecas públicas. Explicou que um dos motivos que levaram a prefeita na Finlândia, por meio da empresa Dolino, foi o fato das escolas integrais de Igarassu terem apresentado resultados simbólicos e positivos, tornando o município uma referência. Ela descobriu quem teve dúvidas a acompanhar as redes sociais da prefeitura, onde toda a dinâmica e seriedade do trabalho realizado no exterior foram registradas. Após o aparte, o vereador Fofão agradeceu as informações, reforçando que a prefeita, por ser professora, foi convidada para um intercâmbio de conhecimentos sem gerar custos aos cofres municipais. Ele destacou que, sob a gestão de Maria Arruda e da secretária Andreica, a educação de Igarassu evoluiu ao ponto do município ser convidado para um país que é referência mundial na área. - Em aparte, o Sr. Vereador Jefferson Albuquerque afirmou que a prefeita passou praticamente o dia todo estudando a situação da educação no país europeu e classificou como um "absurdo" que a oposição tenha focado tanto nesse assunto em tom de denúncia. Alerta que o pré-julgamento é arriscado e que a prefeita apresentará sua defesa. Ele comparou a situação ao caso indicado pelo vereador Gui, observando que as solicitações em órgãos como o Ministério Público são processos naturais de investigação. Ele reiterou sua confiança na verdade e em órgãos competentes, como o Ministério Público, a Justiça e as polícias (Federal, Civil e Militar), afirmando que essas instituições não são motivadas por "fake news" ou mentiras, mas por fatos comprovados na prática. O vereador declarou estar "perplexo" com as críticas à governadora Raquel Lyra, afirmando que a população está vendendo e vivenciando o trabalho que ela realiza em todo o estado. Ressaltou que os recursos trazidos pelo governador são destinados ao povo, e não aos políticos individualmente. Ao encerrar sua fala, Som defendi que, embora a oposição tenha o direito de fiscalizar e criticar, é necessário respeitar o direito à defesa de qualquer pessoa que seja atribuída a órgãos de controle. - Inscrito, o Sr. Vereador Júnior Barros iniciou agradecendo a presença de técnicos e autoridades nas visitas que realizou, citando Paulo Henrique (presidente da Deconur), o engenheiro Hipólito, Toninho da Topografia e o secretário de infraestrutura e o vice-prefeito Amauri Henrique. Relatou visitas às comunidades do Guereré e do Sítio Santa Cruz, onde um novo empreendimento de mais de 300 apartamentos está sendo construído. Sua maior preocupação é que a construtora estaria fechando ruas e impedindo o escoamento da água da chuva, gerando risco iminente de inundação para os moradores mais antigos. Ele informou que buscará uma audiência com os responsáveis pela obra para garantir um projeto de tração segura. Utilizou o Conjunto Pitanga como um exemplo negativo de falta de fiscalização no passado. Segundo ele, o condomínio foi construído em uma área confortável (uma "bacia"), com aterro insuficiente e terreno inapropriado, o que examinou nossos problemas atuais de esgoto e infraestrutura que "estouraram" na gestão atual. Ele classificou a localização do Pitanga como uma falta de respeito, afirmando que os moradores foram colocados "quase em Araçoiaba". Em contrapartida, elogiou a prefeita Elcione Ramos pela conquista de mais de 600 casas do governo federal, destacando que estas serão construídas em locais centrais e valorizados, como próximo à Beira-mar e à Vila da Cheespe, respeitando o direito de moradia digna da população. Reiterou que seu mandato é pautado na escuta popular e na fiscalização, independentemente de estar na base governamental, para evitar que erros de planejamento do passado se repitam e gerem prejuízos aos cofres públicos e aos cidadãos. - Em aparte, o Sr. Vereador Fofão iniciou parabenizando Júnior Barros pela iniciativa de fiscalizar os novos empreendimentos imobiliários que chegam à cidade. Também elogiou a equipe técnica da prefeitura, destacando que estão sempre prontos para auxiliar os vereadores, sob a liderança do vice-prefeito e secretário Amauri Henrique. O vereador descobriu que as lutas contra construtoras que possuem um "poder aquisitivo



Câmara Municipal de Igarassu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

robusto" são complexas e podem gerar demandas pesadas. Ele se colocou formalmente à disposição de Júnior Barros para participar de qualquer evento ou ação que seja necessária nessa causa, reforçando que estariam "juntos nessa empreitada". Após o aparte, Júnior Barros agradeceu o apoio e incorporou as palavras de Fofão ao seu discurso, reiterando a necessidade de preservação dos direitos e da segurança dos cidadãos que já residem nas áreas afetadas.


Oradores do Expediente: 1 - Son Albuquerque / UNIÃO ; 2 - Saúba do Povão / SD ; 3 - Júnior do Habitat PE / PODE ; 4 - Jonas Pessoa / PODE ; 5 - Fofão / PSDB ; 6 - Júnior Barros / PP


Lista de Presença na Ordem do Dia: Afonso (Gui) / PL ; Fofão / PSDB ; Irene Marques / AGIR ; Jonas Pessoa / PODE ; Júnior Barros / PP ; Júnior do Habitat PE / PODE ; Maguila / PSD ; Maria Arruda da Educação / PP ; Saúba do Povão / SD ; Son Albuquerque / UNIÃO

Matérias da Ordem do Dia: 1 - **Projeto de Lei nº 3909 de 2026**, Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à demarcação, incorporação patrimonial e expansão de área doada ao Município e dá outras providências. Autor: Poder Executivo. Lido: 31-03-2026 Autor: Elcione da Silva Ramos Pedroza Barbosa - Prefeita de Igarassu, Tipo: Nominal, Sim: 9, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado em 2ª Votação Votos Nominais** : Afonso (Gui) - Sim ; Fofão - Sim ; Irene Marques - Sim ; Jonas Pessoa - Sim ; Júnior Barros - Sim ; Júnior do Habitat PE - Sim ; Maguila - Não Votou ; Maria Arruda da Educação - Sim ; Saúba do Povão - Sim ; Son Albuquerque - Sim ;

Considerações Finais: -Após as falas, o Sr. Presidente convocou os pares para a próxima sessão ordinária, em horário regimental. A sessão foi encerrada com a oração do "Pai Nosso", reafirmando o compromisso institucional com o bem comum. E para constar, eu, Ivangela Câmara Barbosa, mat. 0034, lavrei a presente ata, que, se aprovada, vai assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da sessão, de acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Igarassu, Casa de Duarte Coelho, em 12 de maio de 2026.

Assinatura da Mesa Diretora da Sessão


Presidente:
Valdemir Nunes de
Souza / PSD


1º Secretário:
JEFFERSON
ALBUQUERQUE DA
SILVA / UNIÃO



Câmara Municipal de Igarassu
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Everson Cavalcanti Araujo

2º Secretário:
Everson Cavalcanti
Araújo / SD